

HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ: 50.944.198/0001-30

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM (R\$)

ATIVO	NE	2.021	2.020	PASSIVO	NE	2.021	2.020
ATIVO CIRCULANTE		54.665.803,14	56.237.282,47	PASSIVO CIRCULANTE		91.557.373,73	87.975.685,75
Caixas e Equivalentes de Caixa	3	13.831.779,76	20.639.756,40	Empréstimos e Financiamentos	12	1.719.199,98	1.695.999,45
Créditos a Receber	4	24.353.358,06	26.017.085,17	Obrigações com Fornecedores	13	8.442.903,82	6.161.866,68
Outros Créditos	5	2.163.763,42	2.674.224,02	Obrigações com Serviços de Terceiros	14	11.225.870,80	9.251.032,44
Estoques	6	14.107.843,10	6.785.542,94	Obrigações Tributárias	15	4.110.932,69	3.498.268,19
Despesas do Exercício Seguinte Pagas Antecipadamente	7	209.058,80	120.673,94	Parcelamento de Débitos Fiscais	16	1.637.318,52	1.637.318,52
				Parcelamento de Multa Infração Artigo CLT	17	214.381,21	214.381,21
				Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	18	12.761.388,76	11.669.150,72
				Confissão de Dívida Trabalhista - FGTS	18	393.997,16	393.997,16
				Férias e Encargos a Pagar	18	15.344.576,05	13.023.172,90
				Provisão p/ Contingência	19	1.719.050,04	2.115.229,45
				Outras Obrigações	20-21	2.877.867,47	4.271.403,34
				Convênios a Realizar	22	3.368.247,39	2.464.965,38
				Subvenção e Assist.Governamentais a Realizar	23	27.741.639,84	31.578.900,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE		32.064.760,96	45.073.752,17	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		88.736.796,59	119.954.397,68
Valores a Receber Longo Prazo	8	17.604.000,00	35.208.000,00	Empréstimos Financiamentos	12	20.250.557,46	21.291.107,07
Outros Créditos	9	316.899,12	364.679,96	Parcelamento de Débitos Fiscais	16	12.208.126,14	14.717.659,74
Imobilizado	10	13.808.125,60	9.023.115,48	Parcelamento de Multa Infração Artigo CLT	17	230.096,43	343.009,92
Intangível	11	335.736,24	477.956,73	Confissão de Dívida Trabalhista - FGTS	18	301.926,49	664.237,69
				Provisão p/ Contingência	19	11.823.954,78	41.153.618,21
				Outras Obrigações	20	14.850.000,12	103.866,43
				Convênios a Realizar	22	3.591.702,09	844.770,72
				Subvenção e Assist.Governamentais a Realizar	23	25.480.433,08	40.836.127,90
				PASSIVO A DESCOBERTO		(93.563.606,22)	(106.619.048,79)
ATIVO TOTAL		86.730.564,10	101.311.034,64	PASSIVO TOTAL + PASSIVO A DESCOBERTO		86.730.564,10	101.311.034,64

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SERAFIM FELIX DA SILVA NETO
PRESIDENTE
CPF: 281.900.258-72

ROSIVANE VIANA
CONTROLLER
CRC: 1SP288583/O-5

IRAMY CAINÃ MARQUEZIN
CONTADOR
CRC: 1SP306401/O-9

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 EXERCÍCIO FINDO EM (R\$)

	NE	2.021	2.020
RECEITAS TOTAIS	25	346.653.629,09	284.389.364,80
DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE		330.403.486,15	284.336.427,39
PARTICULARES E CONVÊNIOS	26	672.662,40	2.130.338,27
Particulares	26	3.000,00	8.514,10
Convênios Privados	26	669.662,40	2.121.824,17
CONTRIBUIÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS	26	323.396.773,77	272.064.239,06
Contribuições Públicas Com Restrição	26	51.216.946,29	52.592.342,76
Convênios Públicos	26	272.179.827,48	219.471.896,30
FINANCEIRAS	26	640.698,21	309.961,06
Receitas Financeiras	26	640.698,21	309.961,05
DOAÇÕES E DEMAIS RECEITAS		5.693.351,77	9.831.889,01
Doação de Fundos	27	598.595,60	3.311.647,90
Doação de Mat/Med	27	5.062.428,17	5.658.356,52
Doação de Imobilizado	27	32.328,00	783.294,93
Demais Receitas	27	-	78.589,66
DESPESAS TOTAIS	30	333.629.543,27	268.570.575,27
DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	30	333.509.127,10	266.578.848,83
Pessoal e Encargos	30	192.366.532,29	165.910.608,13
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis	30	47.751.670,31	33.469.183,02
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis	30	14.253.036,60	11.632.432,64
Serviços Prestados P.J	30	65.730.903,00	43.970.770,46
Depreciação/Amortização	30	3.807.543,70	1.925.494,59
Tributárias	30	223.373,73	152.283,39
Administrativas e Gerais	30	6.296.147,03	5.395.449,97
Despesas Financeiras	30	3.079.920,44	4.122.626,63
Trabalho Voluntário (Assistência à Saúde)	32	-	122.971,68
(-) Trabalho Voluntário (Assistência à Saúde)	32	-	(122.971,68)
Cota Patronal (Isenção Contribuição)	31	47.233.785,11	41.429.942,72
Cofins (Isenção Contribuição)	31	8.185.574,69	6.648.067,00
Pis S/ Folha (Isenção Contribuição)	31	1.528.468,20	1.363.464,64
(-) Benefícios fiscais recebidos	31	(56.947.828,00)	(49.441.474,36)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE		(3.105.640,95)	17.757.578,56
RECEITAS E DESPESAS NÃO DECORRENTES DA PREST.DE SERV DE SAÚDE			
RECEITAS	28	16.250.142,94	52.937,41
Recuperação de Despesas	28	14.693.540,71	10.650,66
Demais Receitas	28	1.556.602,23	42.286,75
DESPESAS	30	120.416,17	1.991.726,44
Provisões	30	111.079,68	1.563.157,58
Demais Despesas	30	9.336,49	428.568,86
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		13.024.085,82	15.818.789,53
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ABRANGENTE			
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		2.021	2.020
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		13.024.085,82	15.818.789,53

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SERAFIM FELIX DA SILVA NETO
 PRESIDENTE
 CPF: 281.900.258-72

ROSIVANE VIANA
 CONTROLLER
 CRC: 1SP288583/O-5

IRAMY CAINÃ MARQUEZIN
 CONTADOR
 CRC: 1SP306401/O-9

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO À DESCOBERTO
EXERCÍCIO FINDO EM (R\$)

PATRIMÔNIO SOCIAL	N.E	FUNDO PATRIMONIAL	DÉFICITS ACUMULADOS	FUNDO PATRIMONIAL -TOTAL
Saldos no Final do Exercício de 2.019		10.025.167,28	(132.463.005,60)	(122.437.838,32)
Superávit do Exercício		-	15.818.789,53	15.818.789,53
Saldos no Final do Exercício de 2.020	35	10.025.167,28	(116.644.216,07)	(106.619.048,79)
Ajustes de Patrimônio entre os projetos		31.356,75	-	31.356,75
Superávit do Exercício	35	-	13.024.085,82	13.024.085,82
Saldos no Final do Exercício de 2.021	35	10.056.524,03	(103.620.130,25)	(93.563.606,22)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SERAFIM FELIX DA SILVA NETO
PRESIDENTE
CPF: 281.900.258-72

ROSIVANE VIANA
CONTROLLER
CRC: 1SP288583/O-5

IRAMY CAINÃ MARQUEZIN
CONTADOR
CRC: 1SP306401/O-9

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIO FINDO EM (R\$)

	2.021	2.020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	13.024.085,82	15.818.789,53
Ajustes Por:		
Depreciação / Amortização	3.807.543,70	2.336.466,10
Ajuste de Patrimônio entre os Projetos	31.356,75	-
Superávit Ajustado	16.862.986,27	18.155.255,63
Aumento (redução) nos Ativos Operacionais	(5.236.497,31)	(56.751.271,48)
Créditos a Receber	1.663.727,11	(50.482.691,30)
Outros Créditos	510.460,60	(2.008.358,60)
Estoques	(7.322.300,16)	(4.239.112,81)
Despesas do exercício Seguintes Pagas Antecipadas	(88.384,86)	(21.108,77)
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais	(23.633.805,74)	21.910.832,35
Obrigações com Fornecedores	2.281.037,14	(407.479,63)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.092.238,04	275.114,04
Férias e Encargos a Pagar	2.321.403,15	341.054,68
Outras Obrigações	13.352.597,82	(1.145.888,98)
Obrigações com Serviços de Terceiros	1.974.838,36	(494.725,00)
Obrigações Tributárias	612.664,50	577.969,29
Provisões para Contingência	(29.725.842,84)	316.238,12
Subvenção e Assist.Governamentais a Realizar	(19.192.955,29)	20.025.636,79
Convênios a Realizar	3.650.213,38	2.422.913,04
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	(12.007.316,78)	(16.685.183,50)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Bens do Imobilizado / Intangível	(8.450.333,33)	(4.564.701,36)
Convênios / Subvenções para Investimentos	17.604.000,00	36.279.349,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47.780,84	18.907,86
(=) Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	9.201.447,51	31.733.555,61
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Parcelamentos (Débitos Fiscais) C.P. / L.P.	(2.984.758,29)	(2.314.810,51)
Empréstimos e Financiamentos	(4.344.732,39)	4.996.905,18
Empréstimos e Financiamentos - Juros a transcorrer	3.327.383,31	(6.885.429,21)
(=) Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(4.002.107,37)	(4.203.334,54)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(6.807.976,64)	10.845.037,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	20.639.756,40	9.794.718,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	13.831.779,76	20.639.756,40
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(6.807.976,64)	10.845.037,57

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SERAFIM FELIX DA SILVA NETO
PRESIDENTE
CPF: 281.900.258-72

ROSIVANE VIANA
CONTROLLER
CRC: 1SP288583/O-5

IRAMY CAINÃ MARQUEZIN
CONTADOR
CRC: 1SP306401/O-9

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2.021 e 2.020

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, constituído em 11 de março de 1.900, é uma Instituição Civil de Direito Privado, Beneficente, Filantrópica, Caritativa e de Assistência Social Sem Fins Lucrativos voltada para a prestação de serviços na área da saúde. A finalidade e objetivo da Instituição é a prática da assistência social na área da saúde, na prestação de serviços relevantes e essenciais de interesse público, bem como no desenvolvimento de programas, continuados e planejados, a quem dele necessitar, sem qualquer discriminação, tendo como público alvo as famílias e indivíduos em estado de vulnerabilidade social. Proporcionar a assistência médico-hospitalar e dentária, na conformidade dos padrões técnicos atualizados e em caráter gratuito aos pacientes desprovidos de recursos, sem qualquer discriminação. Como Instituição filantrópica deve destinar pelo menos 60% dos atendimentos ao SUS (Sistema Único de Saúde) em conformidade com a legislação vigente. Em 2.021 destinou mais de 95% dos atendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa Nº 29.

A Instituição foi declarada de Utilidade Pública pelas autoridades Federal, Estadual e Municipal conforme Decreto Nº 1.419, de 27 de setembro de 1.962, Decreto Nº 40.696, de 05 de março de 1.996, Lei Municipal Nº 739, de 10 de setembro de 1.959, respectivamente. A Lei Nº 13.204 de 2.015 revoga a Lei Nº 91 de 28 de agosto de 1935, deixando de existir o Título de Utilidade Pública Federal.

Como Instituição de utilidade pública e sem fins lucrativos, é imune às contribuições Federais, Estaduais e Municipais, amparada pela Constituição Federal de 1.988 em seu artigo 150, inciso VI, alínea C. Também é registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social - CNAS sob o Nº 3.135/1964 de 1.968. A portaria 21 de 14 de janeiro 2.021 deferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade até 31 de dezembro de 2.023.

A Instituição mantém os **CONVÊNIOS** (Hospitalar - Processo Nº 7.380-7/2019, IGH/INTEGRASUS/PPA-CIHT - Incentivo de Adesão à Contratualização/Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde/Incentivo ao Programa Paulista de Apoio as Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes - Processo Nº 32.450-9/2018, ESF/EACS - Programa Estratégia Saúde da Família/Equipes de Estratégia Agentes Comunitários de Saúde /NASF-AB - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Atenção Básica-Processo SEI Nº 14.514/2020, SAMU/SAEC - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/Serviço Atendimento a Pacientes Especiais e Crônicos - Processo Nº 7.381-5/2019, Radioterapia - Processo Nº 21.621-8/2018 e Pronto Atendimento - Processo Nº 7.379-9/2019) com a Prefeitura do Município de Jundiaí, que autoriza a manutenção dos serviços prestados à população de Jundiaí e Região. Possui também convênios com a Secretaria de Estadual da Saúde e Ministério da Saúde, de forma complementar ao convênio Hospitalar, direcionados para custeio e investimentos.

Ressalta que durante o exercício 2.021 recebeu recursos complementares aos convênios principais, por meio de aditamentos, direcionados ao enfrentamento da pandemia COVID-19.

A Administração da Instituição conforme seu Estatuto Social é gerida por diretoria eleita pelos associados da Instituição em Assembleia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, tendo a fiscalização do Conselho Fiscal, sem direito a qualquer espécie de distribuição de lucros, dividendos ou qualquer outra vantagem pecuniária, e por uma Diretoria Administrativa e compartilhada.

Desde dezembro de 2.014, o Presidente nomeou um procurador para representá-lo e assim promover melhor acompanhamento das atividades da Instituição.

Os recursos financeiros necessários para a realização dos objetivos da Instituição são provenientes principalmente de:

- a. Prestação de serviços hospitalares, pronto socorro, pronto atendimento e serviços ambulatoriais;
- b. Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- c. De donativos de pessoas físicas e jurídicas.

2. APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras do Conselho Federal de Contabilidade Resolução CFC Nº 1.409 de 21 de setembro de 2.012, que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidades de Lucros. Também de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 R1) e suplementos, e com as práticas contábeis previstas na Legislação Societária.

A seguir um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Instituição para a elaboração das demonstrações:

- a. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS** - São registradas pelo valor de aplicação, acrescido os rendimentos auferidos até a data de elaboração das Demonstrações Financeiras e possuem liquidez imediata.
- b. **MOEDA FUNCIONAL** - A moeda funcional do H.C.S.V.P. é o Real (R\$), bem como, é a mesma de apresentação de suas Demonstrações Financeiras.
- c. **CRÉDITOS A RECEBER** - Referem-se, principalmente, aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados, faturados ou não nas datas de encerramento das Demonstrações Financeiras. Para possíveis perdas de valores a receber, quando ocorrem são constituídas baixas ou provisões para PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).
- d. **ESTOQUES** - Estão avaliados pelo custo médio, que não superam o valor de aquisição e reduzidos de provisão para ajuste do valor de realização, quando aplicável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. As políticas de mensuração dos estoques, estão apresentadas de acordo com a IAS 2 e CPC 16 (R1).
- e. **IMOBILIZADOS** - Os bens são registrados pelo custo de aquisição, segregados como imobilizado próprio, sem restrições e com restrições, considerando que parte foram adquiridos com recursos de convênios, deduzidos de depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada bem.

- f. **PASSIVOS** - Demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até o encerramento das Demonstrações Financeiras, levando em conta a legislação vigente e cláusulas contratuais.
- g. **IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR/RECOLHER SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO** - Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS retido dos funcionários) são reconhecidos obedecendo ao princípio da competência.
- h. **CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO INSS E AO PIS** - Por ser uma instituição sem fins lucrativos goza de imunidade de acordo com a Constituição Federal de 1.988 em seu artigo 150, inciso VI, alínea C, está isenta da contribuição ao INSS e ao PIS, mas registra os valores para divulgação dos benefícios obtidos.
- i. **SUBVENÇÕES/AUXÍLIOS E CONVÊNIOS** - São reconhecidas no passivo e registradas como receita em função do cumprimento das obrigações por parte da instituição ao longo do exercício, em confronto com as correntes despesas incorridas nos projetos em conformidade ao disposto no CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.
- j. **RECEITAS E DESPESAS** - São apropriadas obedecendo ao princípio da competência, exceto as doações espontâneas registradas no recebimento.
- k. **USO DE ESTIMATIVAS** - A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registros de estimativas contábeis, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

As Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2.020 são divulgadas para fins de comparabilidade, quando aplicável.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras. São mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Devido ao recebimento de recursos advindos de subvenções/auxílios e convênios públicos, cláusula contratual, plano de aplicação restrito, e em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidades de Lucros, a Instituição está apresentando os saldos de caixa e equivalentes de caixa de forma segregada, sem restrição e com restrição como segue:

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Caixas	1.700,00	1.700,00
Bancos – C. corrente sem restrição	19.836,63	12.248,67

Aplicações sem restrição	2.390.524,28	2.999.521,41
TOTAL	2.412.060,91	3.013.470,08
Bancos – C. corrente com restrição	25.179,31	247.783,56
Aplicações com restrição	11.394.539,54	17.378.502,76
TOTAL	11.419.718,85	17.626.286,32
TOTAL GERAL	13.831.779,76	20.639.756,40

4. CRÉDITOS A RECEBER

Os Créditos a Receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades e estão apresentados a valores de custo. A Administração não constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), pois, a principal fonte de recursos, que representa 98% do total das receitas com a prestação de serviços do exercício é de subvenções e convênios públicos, 0,20% correspondem a convênios privados e atendimentos a particulares.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Créditos convênios públicos	24.149.599,74	25.624.322,00
Créditos convênios privados	59.880,11	230.060,21
Créditos Empréstimos de Estoques	143.878,21	162.702,96
TOTAL	24.353.358,06	26.017.085,17

5. OUTROS CRÉDITOS

Representam principalmente valores de antecipações a empregados (férias), adiantamento a fornecedores para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Outros Créditos a receber	4.546,91	18.983,01
Adiantamento a terceiros	940.042,90	1.568.077,75
Adiantamento a empregados	1.219.173,61	1.087.163,26
TOTAL	2.163.763,42	2.674.224,02

6. ESTOQUES

Os Estoques em 31 de dezembro estavam compostos conforme segue:

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Materiais e medicamentos reembolsáveis	11.817.248,23	4.591.699,80
Materiais não reembolsáveis	2.245.842,12	2.145.128,10

Material em trânsito	44.752,75	48.715,04
TOTAL	14.107.843,10	6.785.542,94

Houve um aumento nos saldos de estoques no exercício 2.021 devido a decisão da administração sobre a necessidade de garantir a disponibilidade dos insumos para a manutenção do atendimento aos pacientes recebidos para tratamento da Covid-19, pois devido a demanda havia risco da escassez no mercado, além disso, ocorreram aumentos superiores aos índices de reajustes praticados no mercado sobre os itens relacionados a área hospitalar.

7. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representada, basicamente, por seguros, assinaturas e anuidades que são diferidas pelos prazos dos contratos ou documentos hábeis.

Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, respeitando o princípio da competência.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Prêmio de seguros a apropriar	87.913,39	15.382,08
Assinatura e anuidades a apropriar	6.354,49	1.201,85
Despesas com vale transporte	61.251,50	56.551,07
Outras despesas pagas antecipadamente	53.539,42	47.538,94
TOTAL	209.058,80	120.673,94

8. VALORES A RECEBER LONGO PRAZO

O valor apresentado abaixo representa o registro do convênio mantido com a Secretaria de Estado da Saúde, registrado conforme a publicação – Convênio Sani 00701/2020, Processo 36802842019, vigência 31/12/2023.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Valores a receber de Convênios	17.604.000,00	35.208.000,00
TOTAL	17.604.000,00	35.208.000,00

9. OUTROS CRÉDITOS (L.P.)

Os valores apresentados como depósitos restituíveis e valores vinculados representam o montante de Depósitos Recursais e Depósitos Judiciais recolhidos pela instituição e poderão ser revertidos em benefício da mesma, mediante a decisão judicial.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Depósitos restituíveis e valores vinculados	308.483,98	336.068,10
Despesas pagas antecipadamente	8.415,14	28.611,86
TOTAL	316.899,12	364.679,96

10. IMOBILIZADO

Os bens adquiridos são registrados como **Imobilizado Sem Restrição** (quando o bem é adquirido com recurso próprio) e **Imobilizado Com Restrição** (quando o recurso foi recebido de subvenção/auxílio ou convênio específico para investimento). São mensurados pelo custo de aquisição, depreciados de acordo com as taxas que consideram a vida útil, respeitando os critérios de mensuração.

IMOBILIZADO - SEM RESTRIÇÕES	2.021	2.020
NOMENCLATURA		
Móveis e utensílios	261.386,59	360.200,91
Máquinas e equipamentos	1.680.029,31	1.911.055,51
Equip. de proc. Eletrônico	21.351,59	50.685,14
Veículos	283.288,94	280.149,34
Instalações	76.791,69	86.491,68
TOTAL	2.322.848,12	2.688.582,58
IMOBILIZADO - COM RESTRIÇÕES		
NOMENCLATURA		
Móveis e utensílios	1.743.872,12	1.155.212,45
Máquinas e equipamentos	8.818.078,30	4.523.273,56
Equip. de proc. Eletrônico	923.327,06	656.046,89
TOTAL	11.485.277,48	6.334.532,90
TOTAL IMOBILIZADO	13.808.125,60	9.023.115,48

NOMENCLATURA	2.020	ADIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	2.021
Móveis e Utensílios	360.200,91	(7.868,52)	(90.945,80)	261.386,79
Máquinas e Equipamentos	1.911.055,51	355.252,86	(586.279,06)	1.680.029,31
Equip. de Proc. Eletrônico	50.685,14	4.611,10	(33.944,65)	21.351,52
Veículos	280.149,34	46.194,33	(43.054,73)	283.288,94
Instalações	86.491,68	-	(9.699,99)	76.791,69
TOTAL	2.688.582,58	398.189,77	(763.924,23)	2.322.848,12

IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO

Móveis e Utensílios	1.155.212,45	1.228.468,42	(639.808,75)	1.743.872,12
Máquinas e Equipamentos	4.523.273,56	6.249.734,33	(1.954.929,59)	8.818.078,30
Equip. de Proc. Eletrônico	656.046,89	534.302,59	(267.022,42)	923.327,06
TOTAL	6.334.532,90	8.012.505,34	(2.861.760,76)	11.485.277,48
TOTAL GERAL	9.023.115,48	8.410.695,11	(3.625.684,99)	13.808.125,60

11. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares e licença de direitos de uso.

São mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, amortizados de acordo com as taxas que consideram a vida útil, respeitando os critérios de mensuração trazidos pela IAS 38 e CPC 04 (R1).

INTANGÍVEL - SEM RESTRIÇÕES

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Software	199.796,73	196.854,25
Implantação de novos sistemas de inf.	-	83.310,29
Sem Restrições	199.796,73	280.164,54

INTANGÍVEL - COM RESTRIÇÕES

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Software	135.939,51	197.792,19
Com Restrições	135.939,51	197.792,19
TOTAL GERAL	335.736,24	477.956,73

INTANGÍVEL - SEM RESTRIÇÕES

DETALHAMENTO DO CUSTO	SALDO INICIAL	(+) ADIÇÕES	(+/-) BAIXAS	SALDO FINAL
Software	1.479.237,61	77.498,80	(32.377,96)	1.524.358,45
Implantação novos sistemas	83.310,29	-	(83.310,29)	-
TOTAL	1.562.547,90	77.498,80	115.688,25	1.524.358,45
(-) Amortizações Acumuladas	(1.282.383,36)	(50.509,96)	8.331,60	(1.324.561,72)
TOTAL	280.164,54	26.988,84	107.356,65	199.796,73

INTANGÍVEL - COM RESTRIÇÕES

Software	302.164,18	-	-	302.164,18
TOTAL	302.164,18	-	-	302.164,18

(-) Amortizações Acumuladas	(104.371,99)	(61.852,68)	-	(166.224,67)
TOTAL	197.792,19	(61.852,68)	-	135.939,51
SALDO FINAL	477.956,73	(34.863,84)	107.356,65	335.736,24

12. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - EMPRÉSTIMOS

As obrigações financeiras representam a liquidação do contrato de empréstimo efetuado em janeiro de 2.018 e a contratação do empréstimo realizado em março/2020 com a Caixa Econômica Federal, na modalidade Hospitais, melhorando os prazos e as taxas de juros anteriormente trabalhadas, com garantia de Cessão de Direitos Creditórios representados por recebíveis dos SUS com crédito em conta corrente na CAIXA de titularidade do Hospital. Em 28 de maio de 2021, foi realizado uma nova pactuação do contrato, eliminando os juros de garantia, taxa de risco e passando a trabalhar com um único percentual de 0,88% mês, ainda menor que o de março/2.020.

NOMENCLATURA	TAXA		
	ANUAL DE JUROS - %	2.021	2.020
Empréstimos C.P. - Principal		3.893.119,26	4.403.338,41
Juros		(2.173.919,28)	(2.707.338,96)
TOTAL C.P.	11,13	1.719.199,98	1.695.999,45
Empréstimos L.P. – Principal		29.005.266,41	32.839.779,65
Juros		(8.754.708,95)	(11.548.672,58)
TOTAL L.P.		20.250.557,46	21.291.107,07
TOTAL GERAL		21.969.757,44	22.987.106,52

13. OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores a pagar decorrem de materiais, medicamentos e bens adquiridos no decorrer do exercício.

São reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos são parcelados em 30, 60 e 90 dias, consequentemente sendo liquidados em até 90 dias.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Fornecedores de Mat/Med e Gêneros	8.014.406,57	5.457.636,90
Fornecedores de Bens Ativo Imobilizado	428.497,25	704.229,78
TOTAL	8.442.903,82	6.161.866,68

14. OBRIGAÇÕES COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

As obrigações representam a contratação de mão-de-obra terceirizada de pessoa jurídica e física pela instituição. Os respectivos valores produzidos com a assistência médica são analisados pelo Faturamento e aprovados pela Diretoria. Já os contratos de manutenção preventiva e corretiva, são avaliados pelos gestores das áreas envolvidas no processo e pelo setor de gestão de contratos. Os demais serviços sem contratos são avaliados pelos gestores das áreas envolvidas, cotados pelo setor de Compras e aprovados pela Diretoria.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Fornecedores de outros serviços	3.533.518,68	2.811.081,23
Serviços médicos pessoa jurídica	1.084.267,76	97.597,05
Confissão de dívida (C.P.)	551.247,30	483.332,97
Honorários médicos pessoa física	101.472,75	96.643,35
Provisão de honorários pessoa física	239.169,66	163.751,05
Provisão de honorários pessoa jurídica	2.900.911,88	2.975.655,14
Provisões de Fornecedores	2.815.282,77	2.622.971,65
TOTAL	11.225.870,80	9.251.032,44

Segue abaixo o saldo de confissão de dívida com serviços de terceiros C.P. e L.P.

SALDO -31/12/2021	
C.P.	L.P
551.247,30	-
551.247,30	-

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os impostos e contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre a folha de pagamento (IRRF) e sobre a prestação de serviços dos terceiros (IRRF, PIS/COFINS/CSLL e ISS), quando aplicável, e calculado de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Imposto de renda retido na fonte	3.909.320,81	3.349.316,47
PIS, COFINS, CSLL a recolher	190.805,52	145.816,16
Imposto s/ serv. de qualquer natureza a rec.	10.806,36	3.135,56
TOTAL	4.110.932,69	3.498.268,19

16. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS

Os valores evidenciados a seguir representam a posição atualizada na apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com o parcelamento das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, conforme valores apontados no portal e-CAC da Receita Federal do Brasil. Os procedimentos adotados referentes aos parcelamentos em questão constam na nota explicativa Nº 34.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Parcel. Refis Leis 11941/09 e 12.996/14 (C.P.)	1.637.318,52	1.637.318,52
TOTAL	1.637.318,52	1.637.318,52
Parcel. Refis Leis 11941/09 e 12.996/14 (L.P.)	12.208.126,14	14.717.659,74
TOTAL	12.208.126,14	14.717.659,74
TOTAL GERAL	13.845.444,66	16.354.978,26

17. PARCELAMENTO DE MULTA POR INFRAÇÃO A ARTIGO DA CLT

Os valores abaixo correspondem ao saldo de parcelamento de multa por Infração ao Artigo CLT, devido a não pagamento no prazo do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) da competência 12.2016.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Parcel. de multa por infração artigo CLT - (C.P.)	214.381,21	214.381,21
TOTAL	214.381,21	214.381,21
Parcel. de multa por infração artigo CLT - (L.P.)	230.096,43	343.009,92
TOTAL	230.096,43	343.009,92
TOTAL GERAL	444.477,64	557.391,13

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores abaixo correspondem à composição de obrigações trabalhistas e previdenciárias em 31 de dezembro. Valores de salários a pagar, FGTS (salário/décimo terceiro/férias), rescisões e férias a pagar, registrados conforme informação disponibilizada pelo Departamento de Pessoal para apresentação no exercício de competência. Também correspondem a confissão de dívida do FGTS da competência 12.2016.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS-A	2.021	2.020
NOMENCLATURA		
Salários à Pagar	9.676.235,74	8.913.141,74
Pensão alimentícia a pagar	59.926,94	49.928,71
Décimo terceiro a pagar (reajuste de sal. dos médicos)	-	106.513,69

Rescisões a pagar	79.483,51	54.759,08
INSS a recolher	717.385,46	706.579,70
INSS de terceiros a recolher	42.455,93	24.847,74
FGTS a recolher	1.071.938,27	952.721,67
FGTS s. 13º salário a recolher	578.920,77	472.016,62
Contribuição assistencial a recolher	65.018,28	53.836,62
Contribuição confederativa a recolher	29.077,57	21.739,46
Contribuição sindical a recolher	-	156,59
Convênio C.E.F. a repassar empréstimos	211.681,24	29.793,72
Convênio farmácia a repassar	65.914,07	64.155,00
Mensalidade sindical a repassar	14.852,00	15.469,50
Convênio Santander a repassar empréstimos	148.498,98	203.490,88
TOTAL	12.761.388,76	11.669.150,72
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS-B		
NOMENCLATURA	2.021	2.020
Férias a pagar	14.056.762,83	11.994.489,44
FGTS s/ férias a recolher	1.287.813,22	1.028.683,46
TOTAL	15.344.576,05	13.023.172,90
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS -C		
NOMENCLATURA	2.021	2.020
Confissão de dívida trabalhista FGTS (C.P.)	393.997,16	393.997,16
TOTAL	393.997,16	393.997,16
Confissão de dívida trabalhista FGTS (L.P.)	301.926,49	664.237,69
TOTAL	301.926,49	664.237,69
TOTAL GERAL (A+B+C)	28.801.888,46	25.750.558,47

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A Administração da Instituição reconhece a provisão para causa de natureza cível e trabalhista com base nas informações de seus Assessores Jurídicos que analisam as demandas pendentes. Com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas e em conformidade com a IAS 37 e o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas estimadas considerando a probabilidade de dispêndio Certa e Provável, efetuamos o provisionamento conforme segue:

2.021

NATUREZA	QTDE	ESTIMADO R\$	PROVISIONADO R\$	CURTO PRAZO R\$	LONGO PRAZO R\$
Trabalhista	74	9.515.579,34	8.125.305,89	1.031.366,94	7.093.938,05
Cível	53	27.548.241,30	5.417.698,93	687.683,10	4.730.015,83
TOTAL	127	37.063.820,64	13.543.004,82	1.719.050,04	11.823.954,78

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Provisão para contingência (C.P.)	1.719.050,04	2.115.229,45
TOTAL	1.719.050,04	2.115.229,45
Provisão para contingência (L.P.)	11.823.954,78	41.153.618,21
TOTAL	11.823.954,78	41.153.618,21
TOTAL GERAL	13.543.004,82	43.268.847,66

Os saldos demonstrados acima no campo estimado compõem o total das causas conforme informações da Assessoria Jurídica, sendo para causas trabalhistas o montante de R\$ 1.390.273,45 (um milhão, trezentos e noventa mil, duzentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos), correspondentes a 21 (vinte e uma) causas com probabilidade de dispêndio Possível, o valor de R\$ 2.549.606,68 (dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e seis reais e sessenta e oito centavos), correspondentes a 33 (trinta e três) causas com probabilidade de dispêndio Provável, o valor de R\$ 5.575.699,21 (cinco milhões e quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e um centavo), correspondentes a 9 (nove) causas com a probabilidade de dispêndio Certa e não foram identificados valores para as 11 (onze) causas com probabilidade de dispêndio Remota. Para as causas cíveis o total está composto pelo montante de R\$ 21.104.243,97 (vinte e um milhões, cento e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos), correspondentes a 40 (quarenta) causas com probabilidade de dispêndio Possível, o valor de R\$ 5.417.698,93 (cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos), correspondentes a 7 (sete) causas com probabilidade de dispêndio Provável, e o valor de R\$ 1.026.298,40 (um milhão e vinte e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), correspondentes a 6 (seis) causas com probabilidade de dispêndio Remota.

Os valores provisionados no montante de R\$ 13.543.004,82 (treze milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatro reais e oitenta e dois centavos), correspondem às causas com probabilidade de dispêndio certa e provável.

As causas tributárias, contabilizadas foram atualizadas mensalmente pela taxa Selic e de acordo com os saldos apontados no portal da Receita Federal do Brasil (e-CAC) em 31 de dezembro de 2.021. Os procedimentos adotados constam demonstrados na nota explicativa Nº 34.

A redução dos valores de contingências provisionadas se deve ao acordo com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas referente os processos 0000074-66.2011.5.15.0021 e

0000075-51.2011.5.15.0021 provisionados em 31 de dezembro de 2020 no valor total de R\$ 30.569.270,82 (trinta milhões, quinhentos e Sessenta e nove mil, duzentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), corrigidos em janeiro de 2022 para R\$ 36.800.839,61 (trinta e seis milhões, oitocentos mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavo), sendo no mesmo período acordada a liquidação no valor total de R\$ 14.225.000,00 (quatorze milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) em 169 (cento e sessenta e nove) parcelas, sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) aos trabalhadores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em honorários sindicais e R\$ 1.225.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil reais) como honorários periciais, resultando em uma relevante economicidade.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores evidenciados abaixo, se referem às utilidades a pagar, acordos decorrentes das ações trabalhistas em que a Instituição foi sentenciada ao pagamento, confissão de dívida conforme termo firmado com a CPFL Piratininga correspondente a contas de energia elétrica em aberto e antecipações de Projetos a Realizar.

Os valores evidenciados representam os saldos em 31 de dezembro.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Aluguéis a pagar	54.630,32	50.369,12
Energia elétrica a pagar	206.929,26	5.733,70
Telefone a pagar	-	905,46
Prêmio de seguros a pagar	71.362,86	1.084,80
Acordos trabalhistas	16.941.218,01	3.454.374,02
Confissão de dívida CPFL (C.P.)	102.350,43	303.931,33
Outras Contas a Pagar	4.442,78	-
TOTAL	17.380.933,66	3.816.398,43

SALDO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA CPFL

SALDO -31/12/2021

C.P.	L.P.
102.350,43	-
102.350,43	-

ACORDOS TRABALHISTAS

SALDO -31/12/2021

C.P.	L.P.
2.091.217,89	14.850.000,12
2.091.217,89	14.850.000,12

O aumento dos valores de acordos trabalhistas, se referem as tratativas com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas, relacionados aos processos 0000074-66.2011.5.15.0021 e 0000075-51.2011.5.15.0021, para os quais ficou acordado o valor total de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) em 169 (cento e sessenta e nove) parcelas, sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) aos trabalhadores e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) como honorários sindicais. Além destes valores, também foram calculados honorários periciais na importância de R\$ 1.225.000,00 (um milhão e duzentos e vinte e cinco mil reais), sendo R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em 36 (trinta e seis) parcelas e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em 05 (cinco parcelas), com a primeira parcela do acordo para pagamento em 28 de fevereiro de 2022.

21. PROJETO ACOLHA UM QUARTO

O Projeto Acolha um Quarto foi idealizado em parceria com a Prefeitura do Município de Jundiaí e empresas da região, visando arrecadar recursos para a revitalização dos quartos do Hospital. Seu andamento foi prejudicado devido à pandemia COVID 19, devendo retomar a normalidade no exercício 2.022 até a finalização do projeto. Apresentando o saldo correspondente ao projeto, conforme descrito abaixo:

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Antecipações de Projetos a Realizar	346.933,93	455.004,91
TOTAL	346.933,93	455.004,91

22. CONVÊNIOS A REALIZAR

Os valores correspondem a antecipação do Convênio IGH nº 32.450-9/2018, apropriação conforme a realização das despesas: Convênio Radioterapia Nº 21.621-8/2018, Convênio SAEC/SAMU Nº 7.381-5/2019 e Convênio Pronto Atendimento Nº 7.379-9/2019. Os valores a realizar a longo prazo correspondem a aquisição de imobilizado que são apropriados conforme a despesa de depreciação.

C.P.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Convênio IGH (Incentivo Qualif. Gestão Hosp.) Nº 14/2018	1.919,37	1.919,37
Convênio Hospitalar a Executar	2.422.368,17	2.015.075,28
Convênio Radioterapia a Executar	-	31.663,57
Convênio Saec/Samu a Executar	157.252,48	124.810,25
Convênio Pronto Atendimento a Executar	786.707,37	291.496,91
TOTAL	3.368.247,39	2.464.965,38

L.P.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Convênio Hospitalar Nº 033/2014	3.582.997,29	832.696,32

Convênio Pronto Atendimento a Executar	8.704,80	12.074,40
TOTAL	3.591.702,09	844.770,72

23. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL A REALIZAR

Os valores correspondem aos convênios com o Ministério da Saúde para investimentos, Processos Nº 851208/2017, Nº 869084/2018, Nº 898140/2020, Nº 883431/2019, Nº 922661/2021 e Nº 92266/2021, convênio 014/2018 IGH (reforma - em execução), aos Convênios com o Estado de São Paulo Nº 353/2015, Nº 108/2017, Nº 030/2018, Nº 237/2019, Nº 765/2018, Nº 1219/2020, Nº 701/2020, Nº 32/2020, Nº 331/2020, Nº 001/2021 e Nº 31/2021, apropriados conforme a realização das despesas.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Convênio Nº 108/2017 SANI	3.675,25	3.675,25
Convênio Nº 030/2018 SANI	1.632,21	1.632,21
Convênio Incent. Qualif. Hosp. IGH/Integrasmus	304,35	304,35
Convênio Nº PR 851208/2017	81.940,00	212.580,61
Convênio Nº 765/2018 SANI	3.022,11	3.022,11
Convênio Nº 869084/2018	-	1.182,41
Convênio 237/2019 SANI 4732	3.725,04	3.725,04
Convênio SANI 01219/2020	136.969,31	9.185.216,65
Convênio SANI 0701/2020	20.612.440,15	21.716.810,86
Convênio 032/2020 Secretaria Saúde São	111,45	100.030,00
Convênio 331/2020 Secretaria da Saúde São	102.528,95	100.004,82
Convênio 898140/2020 SICONV.	496,10	250.716,00
Convênio SANI 001/2021	5.910.979,29	-
Convênio 31/2021 Estadual Demanda Parlamentar	1.215,63	-
Convênio SICONV 883431/2019	210.000,00	-
Convênio SICONV 922661/2021	472.600,00	-
Convênio SICONV 922626/2021	200.000,00	-
TOTAL	27.741.639,84	31.578.900,31

Os valores lançados em longo prazo correspondem ao montante de aquisições de imobilizado de cada convênio, sendo apropriado conforme a despesa de depreciação, bem como a verba do convenio SANI 0701/2020 destinada para custeio.

L.P

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Convênio Pr. 836930/2016	348.307,50	603.873,30
Convênio Pr. 851208/2017 Siconv	38.544,15	83.330,83
Convênio Pr. 848617/2017 Siconv	1.445.398,66	1.949.050,94
Convênio Pr. 03/2014 - Incent. Qualif. Hosp. IGH/Integratus	5.402.955,01	2.735.201,48
Convênio Pr. 790694 Siconv	41.606,45	55.475,21
Convênio Pr. 869084-2018 Siconv	97.444,38	118.573,98
Convênio SANI 237/2019	60.324,00	82.622,16
Convênio SANI 0701/2020	17.604.000,00	35.208.000,00
Convênio 032/2020 Secretaria Saúde São Paulo	84.710,09	-
Conv. 31/2021 Estadual Demanda Parlamentar	200.704,00	-
Convênio PR 898140/2020 Siconv	156.438,84	-
TOTAL	25.480.433,08	40.836.127,90

24. BALANÇO POR PROJETO

ATIVO	RADIOTERAPIA	ESF	SAEC/SAMU	PRONTO ATEND.	HOSPITALAR	TOTAL
ATIVO CIRCULANTE	1.158.925,96	2.601.256,39	876.261,69	544.111,48	49.485.247,62	54.665.803,14
Caixas e Equivalentes de Caixa	870.065,77	2.392.288,78	733.672,21	55.118,10	9.780.634,90	13.831.779,76
Créditos a Receber	170.522,68	-	283,59	67.959,60	24.114.592,19	24.353.358,06
Outros Créditos	90.682,68	198.038,33	110.068,19	41.380,98	1.723.593,24	2.163.763,42
Estoques	26.515,55	-	30.274,89	352.449,28	13.698.603,38	14.107.843,10
Despesas do Exercício Seguinte Pagas Antecip.	1.139,28	10.929,28	1.962,81	27.203,52	167.823,91	209.058,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.227,13	-	-	8.704,80	32.040.829,03	32.064.760,96
Valores a Receber Longo Prazo	-	-	-	-	17.604.000,00	17.604.000,00
Outros Créditos	15.227,13	-	-	-	301.671,99	316.899,12
Imobilizado	-	-	-	-	13.808.125,60	13.808.125,60
Intangível	-	-	-	8.704,80	327.031,44	335.736,24
ATIVO TOTAL	1.174.153,09	2.601.256,39	876.261,69	552.816,28	81.526.076,65	86.730.564,10
PASSIVO	RADIOTERAPIA	ESF	SAEC/SAMU	PRONTO ATEND.	HOSPITALAR	TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE	472.242,19	3.791.356,00	2.767.151,07	6.461.402,00	78.065.222,47	91.557.373,73
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	1.719.199,98	1.719.199,98
Obrigações com Fornecedores	51.723,02	-	46.877,07	408.825,53	7.935.478,20	8.442.903,82
Obrigações com Serviços de Terceiros	168.522,07	7.801,00	71.288,36	2.801.149,93	8.177.109,44	11.225.870,80
Obrigações Tributárias	34.464,26	503.984,31	316.828,04	255.054,41	3.000.601,67	4.110.932,69
Parcelamento de Débitos Fiscais	-	-	-	-	1.637.318,52	1.637.318,52
Parcelamento de de Multa Infração Artigo CLT	-	-	-	-	214.381,21	214.381,21
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	95.670,57	1.484.153,90	1.007.280,03	971.501,00	9.202.783,26	12.761.388,76
Confissão de Dívida Trabalhista FGTS	-	-	-	-	393.997,16	393.997,16
Férias e Encargos a Pagar	121.862,27	1.651.813,23	1.048.405,69	1.150.525,59	11.371.969,27	15.344.576,05
Provisão p/ Contingência	-	97.039,88	84.902,19	-	1.537.107,97	1.719.050,04
Outras Obrigações	-	46.563,68	34.317,21	87.638,17	2.709.348,41	2.877.867,47
Receitas a Apropriar	-	-	-	-	-	-
Convênios a Realizar	-	-	157.252,48	786.707,37	2.424.287,54	3.368.247,39
Subvenção e Assist.Governamentais a Realizar	-	-	-	-	27.741.639,84	27.741.639,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	342.027,44	300.000,00	8.704,80	88.086.064,35	88.736.796,59
Empréstimos Financiamentos	-	-	-	-	20.250.557,46	20.250.557,46
Confissão de Dívida Trabalhista - FGTS	-	-	-	-	301.926,49	301.926,49
Parcelamento de Débitos Fiscais	-	-	-	-	12.208.126,14	12.208.126,14
Parcelamento de de Multa Infração Artigo CLT	-	-	-	-	230.096,43	230.096,43
Provisão p/ Contingência	-	342.027,44	300.000,00	-	11.181.927,34	11.823.954,78
Outras Obrigações	-	-	-	-	14.850.000,12	14.850.000,12
Convênios a Realizar	-	-	-	8.704,80	3.582.997,29	3.591.702,09
Subvenção e Assist.Governamentais a Realizar	-	-	-	-	25.480.433,08	25.480.433,08
PASSIVO A DESCOBERTO	701.910,90	-1.532.127,05	-2.190.889,38	- 5.917.290,52	-84.625.210,17	-93.563.606,22
PASSIVO TOTAL + PASSIVO A DESCOBERTO	1.174.153,09	2.601.256,39	876.261,69	552.816,28	81.526.076,65	86.730.564,10

25. RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas foram reconhecidas pela prestação de serviços ao SUS (AIH; SIA; CIHA), através de convênios públicos, privados e particulares em conformidade com o princípio da competência e sempre avaliando a precisão da fase de finalização da prestação de serviços. A Instituição reconheceu suas receitas em conformidade com a IAS 18 e a CPC 30 (R1).

As receitas recebidas durante o exercício de 2.021 foram aplicadas pela instituição em suas finalidades Estatutárias.

Os valores de receita estão demonstrados na nota explicativa nº 26.

26. SUBVENÇÕES, CONVÊNIOS PÚBLICOS, CONVÊNIOS PRIVADOS E PARTICULARES

Os convênios firmados junto a Prefeitura do Município de Jundiaí correm à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Prefeitura, oriundos de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde repassados ao Fundo Municipal de Saúde e de recursos próprios anteriormente repassados como Subvenção Municipal. Os valores repassados pela Prefeitura são transferidos diretamente em conta corrente da Instituição segregadas por convênio e fonte de recurso.

Durante o exercício de 2.021 a instituição obteve as seguintes receitas decorrentes de convênios privados e particulares, subvenções e convênios públicos.

RECEITAS	PROJETO					TOTAL GERAL
	RADIOTERAPIA - Conv. 08/2018	ESF - Conv. 14/2019 e 17/2020	SAEC/SAMU - Conv. 07/2019	Pronto Atendimento 08/2019	HOSPITALAR - Conv. 09/2019	
TOTAL DE RECEITAS POR PROJETO	3.526.508,69	20.668.558,59	16.293.439,27	32.101.219,38	274.063.903,16	346.653.629,09
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	-	-	-	-	672.662,40	672.662,40
Particulares	-	-	-	-	3.000,00	3.000,00
Convênios Privados	-	-	-	-	669.662,40	669.662,40
RECURSOS DE CONTRIBUIÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS	3.405.960,00	20.362.065,82	16.204.067,18	31.827.662,92	251.597.017,85	323.396.773,77
SANI 021/2019 - Estadual	-	-	-	-	16.447,45	16.447,45
SANI 1206/2019 - Estadual	-	-	-	-	80,19	80,19
SANI 1219/2020 - Estadual	-	-	-	-	9.049.790,07	9.049.790,07
SANI 0701/2020 - Estadual	-	-	-	-	16.603.988,62	16.603.988,62
SANI 237/2019 - Estadual	-	-	-	-	22.298,16	22.298,16
SICONV Pr. 790694/2013	-	-	-	-	13.868,76	13.868,76
SICONV Pr. 836930/2016	-	-	-	-	255.565,80	255.565,80
SICONV Pr. 848617/2017	-	-	-	-	506.574,92	506.574,92
SICONV Pr. 851208/2017	-	-	-	-	41.864,04	41.864,04
SICONV Pr. 869084/2018	-	-	-	-	21.129,60	21.129,60
SANI 001/2021	-	-	-	-	14.187.037,29	14.187.037,29
SANI 007/2021	-	-	-	-	34.391,45	34.391,45
SICONV Pr. 898140	-	-	-	-	11.561,16	11.561,16
Conv. Estadual 032/2020	-	-	-	-	15.343,50	15.343,50
Conv. Estadual 031/2020	-	-	-	-	48.440,00	48.440,00
Convênios Públicos	3.405.960,00	20.362.065,82	16.204.067,18	31.827.662,92	210.870.475,02	282.670.230,94
FINANCEIRAS	43.699,53	123.088,27	51.881,97	48.646,84	373.381,60	640.698,21
Receitas Financeiras	43.699,53	123.088,27	51.881,97	48.646,84	373.381,60	640.698,21
OUTRAS RECEITAS	76.849,16	183.404,50	37.490,12	224.623,10	5.170.984,89	5.693.351,77
Doação de Fundos	76.849,16	183.404,50	37.490,12	196.867,12	103.984,70	598.595,60
Doação de Mat/Med	-	-	-	27.755,98	5.034.672,19	5.062.428,17
Doação de Imobilizado	-	-	-	-	32.328,00	32.328,00
DEMAIS RECEITAS	-	-	-	286,52	16.249.856,42	16.250.142,94
Recuperação de Despesas	-	-	-	286,52	15.988.943,42	15.989.229,94
Demais Receitas	-	-	-	-	260.913,00	260.913,00

Em conformidade com a IAS 20 e o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, as receitas foram reconhecidas na proporção em que as despesas foram efetivadas, os recursos não aplicados até o encerramento das demonstrações foram contabilizados no Passivo Circulante e Não Circulante (convênios a executar e subvenções e assist. Governamentais a realizar). Caso a Instituição não realize essa despesa nos prazos estipulados em convênio deverá devolver o recurso devidamente atualizado.

As subvenções recebidas foram aplicadas nas atividades a que se destinam e de acordo com os objetivos constantes em cláusulas contratuais.

27. DONATIVOS RECEBIDOS

Os valores recebidos a título de donativos durante o exercício de 2.021 correspondem as doações de fundos que são depositadas diretamente em conta corrente da instituição, as doações de materiais, medicamentos e imobilizado que seguem os fluxos dos processos adotados.

Os Donativos recebidos foram aplicados nas atividades fins da Instituição em conformidade com seu Estatuto Social.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Cobertura de Saldo dos Convênios c/ Recurso Próprio	494.610,90	555.938,12
Doações numerário	103.741,30	2.220.190,96
TOTAL (A)	598.352,20	2.776.129,08
Doações Mat/Med	4.958.325,48	5.658.356,52
Doações Imobilizado	32.328,00	783.294,93
Demais Receitas	104.102,69	535.518,82
TOTAL (B)	5.094.756,17	6.977.170,27
TOTAL (A+B)	5.693.108,37	9.753.299,35

28. DEMAIS RECEITAS

Os valores de recuperação de despesas apresentam valores elevados em virtude de um acordo Trabalhista com o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas referente aos processos 0000074-66.2011.5.15.0021 e 0000075-51.2011.5.15.0021 provisionados em 31 de dezembro de 2020 no valor total de R\$ 30.569.270,82 (trinta milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), corrigidos em janeiro de 2022 para R\$ 36.800.839,61 (trinta e seis milhões, oitocentos mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavo), para os quais ficou acordado o valor total de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) em 169 (cento e sessenta e nove) parcelas, sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) aos trabalhadores e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em honorários sindicais. Além destes valores, também foram calculados honorários periciais na importância de R\$ 1.225.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil reais), sendo R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em 36 (trinta e seis) parcelas e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em 05 (cinco parcelas), sendo a primeira parcela do acordo para pagamento em 28 de fevereiro de 2022.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Recuperações de despesas	15.747.283,63	10.650,66
Outras receitas operacionais	260.913,00	42.286,75
TOTAL	16.008.196,63	52.937,41

29. ATENDIMENTOS SUS (AIH; SIA; CIHA).

A Instituição atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando mais de 60% da sua capacidade total dos serviços aos pacientes do SUS no município de Jundiá e região.

Em atendimento ao disposto na Lei Nº 18.716 de Dezembro de 2021, a instituição encaminha os documentos requeridos para prestação de contas.

Atendimentos Quantitativos Área da Saúde

Em conformidade com a Portaria GM/MS Nº 1.970/2011, a Instituição apresenta o quantitativo dos atendimentos de internações e ambulatoriais realizados para usuários SUS e para não usuários do SUS conforme quadro a seguir:

 ANO / EXERCÍCIO: **2.021**

 CNES: **2786435**

TIPO DE ATENDIMENTO (Descrição dos serviços prestados)	Número de atendimentos no ano					
	SUS	GRATUIDADES C/ RECURSOS PRÓPRIOS	DEMAIS FONTES DE FINANCIAMENTOS		TOTAL	% SUS
Diárias Internações Paciente Dia	148.543	-	307		148.850	99,79%
Atendimentos Ambulatoriais	SUS	GRATUIDADES C/ RECURSOS PRÓPRIOS	DEMAIS FONTES DE FINANCIAMENTOS		TOTAL	% SUS
			ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS INDIVIDUALIZADOS	ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS CONSOLIDADOS		
	344.877	-	61	765	345.703	99,76%
Partic. Ambulatorial cfe. Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011						10,00%
Art. 33 Portaria nº 1.970/2011:						
I - atenção obstétrica e neonatal.						0,00%
II - atenção oncológica.						0,00%
III - atenção urgências e emergências.						0,00%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas.						0,00%
V - hospitais de ensino.						1,50%
Incorporação cfe. letra "e", Inc. I, art. 9º da Portaria nº 1.970/2011						
Percentual SUS: conforme Art. 24 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011						60,00%
Percentual SUS: conforme Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011						60,00%

 Fonte: DATASUS - www2.datasus.gov.br

Em conformidade com o art. 33, alínea V, da Portaria GM/MS Nº 1.970/2011, a Instituição é reconhecida como Hospital de Ensino e poderia incorporar 1,5 caso não atingisse o percentual mínimo de 60 % de prestação de serviços aos SUS.

30. DEMONSTRATIVO DE DESPESAS SEGREGADAS POR PROJETO

DESPESAS	PROJETO					TOTAL GERAL
	RADIOTERAPIA - Conv. 08/2018	ESF - Conv. 14/2019 e 17/2020	SAEC/SAMU - Conv. 07/2019	Pronto Atendimento 08/2019	HOSPITALAR - Conv. 09/2019	
DESPESAS TOTAIS	3.589.484,24	20.781.562,69	16.496.692,45	34.547.422,59	258.214.381,30	333.629.543,27
DECORRENTES DA PREST. DE SERVIÇOS DE SAÚDE	3.572.704,60	20.773.123,65	16.433.683,35	34.417.422,59	258.312.192,91	333.509.127,10
Pessoal e Encargos	1.556.969,04	20.707.267,43	15.242.425,13	16.501.497,18	138.358.086,99	192.366.245,77
Materiais/Medicamentos Reembolsáveis	36.574,11	-	346.470,10	1.350.172,96	46.018.453,14	47.751.670,31
Materiais/Medicamentos Não Reembolsáveis	45.349,73	-	114.344,39	814.034,73	13.279.307,75	14.253.036,60
Serviços Prestados P.J	1.866.141,93	-	665.165,89	15.209.692,85	47.989.902,33	65.730.903,00
Depreciação/Amortização	-	-	-	3.369,60	3.804.174,10	3.807.543,70
Tributárias	7.806,73	9.749,05	18.761,07	16.707,29	170.349,59	223.373,73
Administrativas e Gerais	58.277,20	54.117,42	41.082,79	491.900,00	5.651.056,14	6.296.433,55
Financeiras	1.585,86	1.989,75	5.433,98	30.047,98	3.040.862,87	3.079.920,44
Cota Patronal (Isenção Contribuição)	385.907,12	4.945.565,09	3.693.864,27	3.852.300,16	34.356.148,47	47.233.785,11
Cofins (Isenção Contribuição)	102.178,80	610.861,96	486.122,03	954.829,90	6.031.582,00	8.185.574,69
Pis s/ Folha de Salários	13.544,11	173.020,81	127.943,28	115.689,33	1.220.593,19	1.650.790,72
(-) Benefícios fiscais recebidos	- 501.630,03	- 5.729.447,86	- 4.307.929,58	- 4.922.819,39	- 41.608.323,66	- 57.070.150,52
DEMAIS DESPESAS	16.779,64	8.439,04	63.009,10	130.000,00	- 97.811,61	120.416,17
Provisões	16.779,64	8.439,04	63.009,10	130.000,00	- 107.148,10	111.079,68
Demais Despesas	-	-	-	-	9.336,49	9.336,49

31. ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA AO INSS CASO A INSTITUIÇÃO RECOLHESE A QUOTA PATRONAL A COFINS E O PIS DEVIDOS À UNIÃO.

Atendendo aos dispositivos do art. 150, inciso VI, alínea C, parágrafo 4º e art. 195 parágrafo 7º da Constituição Federal, a Instituição é imune de tributação de impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços. Quanto às isenções das contribuições sociais usufruídas pela instituição, apresenta o seguinte:

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL
NOMENCLATURA

	2.021	2.020
Base de cálculo do INSS da folha de pagamento	162.874.388,10	142.677.698,61
Percentual de contribuição devida (*)	28,80%	28,80%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	46.907.823,77	41.091.177,20
Base de cálculo do INSS de serviços prestados por pessoa física (autônomo, inclusive médicos)	1.629.806,56	1.693.827,60
Percentual de contribuição devida (*)	20,00%	20,00%

TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	325.961,31	338.765,52
TOTAL	47.233.785,08	41.429.942,72

(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, SALARIO EDUCAÇÃO 2,5% E SEGUROS E ACIDENTES 3%

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Receitas operacionais	272.852.489,88	221.602.234,57
% COFINS	3,00%	3,00%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	8.185.574,70	6.648.067,00

NOMENCLATURA	2.021
Base de cálculo do PIS sobre folha de pagamento	165.079.071,30
% PIS sobre folha de pagamento	1%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	1.650.790,71

32. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pelo Hospital de Caridade São Vicente de Paulo.

O montante é apurado com base nos apontamentos de presença das horas de trabalho voluntário nas atividades de capelania, pastoral, acolhimento de visitantes, caminhos da alegria, bazar, acompanhamento previdenciário e serviços gerais, sem qualquer tipo de remuneração.

Os voluntários submetem-se as formalidades necessárias que são estabelecidas pela Instituição, assinando termo de trabalho voluntário, onde é indicada a contribuição do trabalho que será realizado.

NOMENCLATURA	2.021	2.020
Trabalho voluntário	-	122.971,68
TOTAL		122.971,68

33. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Não foram informados no Balanço Patrimonial os valores correspondentes as contas de compensação, para melhor apresentação. Os valores são compostos por cobertura referente a seguros, bens recebidos em cessão de uso de empresas e dos bens doados a Prefeitura Municipal de Jundiá.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2.021	2.020
Seguros contratados	20.000.000,00	20.000.000,00
Bens recebidos em comodato	1.863.109,10	1.863.109,10
Bens recebidos em comodato - PMJ (*)	9.569.210,27	9.569.210,27
TOTAL	31.432.319,37	31.432.319,37

(*) VALOR REGISTRADO CONFORME DOAÇÃO DOS BENS A P.M.J.

34. DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Os valores apresentados abaixo representam o montante correspondente aos parcelamentos da Lei 11.941/2009-demaís débitos art. 3º e débitos previdenciários da lei 12.996/2014, conforme consolidação ocorrida no mês 04.2020.

Foram compensadas na consolidação as antecipações e as parcelas pagas, conforme informações apresentadas no Portal e-CAC da Receita Federal do Brasil.

Seguem abaixo os valores apresentados na consolidação:

PARCELAMENTO DA LEI 12.996/2014

Dívida Consolidada em 23/08/2014	
Valor Sem Reduções	39.212.289,53
Valor Com Reduções	26.993.319,20
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	9.009.588,18
(=) Saldo Consolidado em valores de 23/08/2014	17.983.731,02
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	9.921.758,23
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 23/08/2014	8.061.972,79
(+) Juros Acumulados até 12/2021 – 58,26%	4.696.905,35
(=) Saldo Devedor em 31/12/2021	12.758.878,14
TOTAL DO PARCELAMENTO DA LEI 12.996/2014	12.758.878,14

PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009

Dívida Consolidada em 30/11/2009	
Valor Sem Reduções	3.897.003,34
Valor Com Reduções	2.685.758,90
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	141.526,09

(=) Saldo Consolidado em valores de 30/11/2009	2.544.232,81
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	2.006.940,36
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 30/11/2009	537.292,45
(+) Juros Acumulados até 12/2021 – 102,23%	549.274,07
(=) Saldo Devedor em 31/12/2021	1.086.566,52
TOTAL DOS PARCELAMENTOS	13.845.444,66

35. PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31 de Dezembro de 2.021, o Passivo a Descoberto da instituição apresentou o valor de (R\$ 93.563.606,22). Permanecem os efeitos do parcelamento, conforme nota explicativa Nº 34 e valores das contingências trabalhistas e cíveis, baseadas no relatório apresentado pela Assessoria Jurídica, empréstimos bancários e passivos correntes.

A Gestão atual da Instituição permanece em constante avaliação do cenário apresentado nas Demonstrações Financeiras, tomando providências necessárias, com o objetivo de readequar as despesas, promovendo o equilíbrio econômico financeiro, melhorando anualmente o valor de passivo descoberto, visando a continuidade da instituição.

Providências tomadas em relação aos seguintes pontos:

35.1 Melhorias Financeiras:

- Continuidade da renegociação dos contratos dos prestadores de serviços médicos, possibilitando redução considerável;
- Renegociação de empréstimo com redução na taxa de juros e melhora nos prazos de pagamento;
- Continuidade da renegociação de dívidas com fornecedores, sem acréscimos de juros;
- Aumento nos recursos recebidos como subvenção e auxílio para investimento e custeio;
- Superávit no exercício de 2.018 devido revisão de dívida de despesa de Água e Esgoto e Contingências por meio de análise do Departamento Jurídico da Instituição;
- Superávit em 2.019 devido a consolidação do Parcelamento do Refis da Lei 12.996/2014;
- Superávit em 2.021 em decorrência a negociação junto ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas referente os processos 0000074-66.2011.5.15.0021 e 0000075-51.2011.5.15.0021.

35.2 Melhorias de Instalações:

- Conclusão da reforma do telhado com aproximadamente 3.000 m² em 2.020;
- Inauguração de sala vertical para avaliações de pacientes de baixa complexidade melhorando o fluxo do pronto-socorro em 2.020;
- Inauguração de sala horizontal para avaliações de pacientes mais graves em 2.020;
- Instalação de usina solar através de doação – e finalização da placa fotovoltaica;
- Revitalização da sala de tomografia e compra de novo tomógrafo;
- Continuidade do Projeto Acolha um Quarto Conforte Vidas, em parceria com Prefeitura Municipal de Jundiá e com Pessoas Físicas e Jurídicas da região de Jundiá, com o objetivo de reformar 72 quartos;
- Continuidade da adequação estrutural, pessoal e tecnológica do hospital para atendimento a pandemia COVID-19;
- Continuidade da renovação do parque tecnológico;
- Melhorias na segurança predial contra incêndios – instalação de detectores de fumaça, sistema de alarme, para-raios, portas-corta fogo, troca do transformador da cabine primária, alteração de pisos antigos inadequados, partes elétricas (70% revitalizadas), sistemas de som;
- Investimentos em nova estrutura do Ambulatório de Especialidades;
- Investimentos em nova estrutura de Central de Distribuição e Farmácia;
- Reforma da Farmácia interna, atendendo a adequações exigidas;
- Adequação da Casa de Resíduos;
- Melhorias na UTI Geral e USI, substituindo forros antigos, pinturas e partes elétricas;
- Adequação de estrutura física e telhado dos Cuidados Paliativos;
- Início das revitalizações do PA Central;

36. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO

CORONAVÍRUS – COVID19 - A pandemia de coronavírus se desenvolveu rapidamente em 2020, com relatos de várias fatalidades decorrentes do vírus. A instituição tomou várias medidas para monitorar e prevenir os efeitos da pandemia, incluindo medidas de segurança ocupacional para os seus empregados (como distanciamento social, reforço na limpeza em todos os ambientes de trabalho, fornecimento de EPI's adequados e realocação de colaboradores comorbidades). Ações para garantir os suprimentos médicos hospitalares essenciais para a manutenção do atendimento à população, com a devida segurança. Cabe ressaltar que a instituição permanece acompanhando de perto os impactos da COVID-19 em suas atividades operacionais e até o momento, não identificou impacto operacional ou financeiro significativo, além dos já destacados nestas demonstrações contábeis. Também vem contando com a parceria dos governos federal, estadual e municipal, nas constantes reavaliações para as tomadas de decisões, visando amenizar os possíveis impactos e a continuidade dos serviços prestados.

37. SEGUROS E CONTRATOS

A Instituição possui cobertura de seguros em montantes julgados suficientes pela administração para cobrir sinistros do patrimônio envolvido.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a finalização do exercício, foi realizado um acordo trabalhista junto ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas referente aos processos 0000074-66.2011.5.15.0021 e 0000075-51.2011.5.15.0021 provisionados em 31 de dezembro de 2020 no valor total de R\$ 30.569.270,82 (trinta milhões, quinhentos e Sessenta e nove mil, duzentos e setenta reais e oitenta e dois centavos) corrigidos em janeiro de 2022 para R\$ 36.800.839,61 (trinta e seis milhões, oitocentos mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavo), sendo no mesmo período acordada a liquidação no valor total de R\$ 14.225.000,00 (quatorze milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) em 169 (cento e sessenta e nove) parcelas, sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) aos trabalhadores, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em honorários sindicais e R\$ 1.225.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil reais) como honorários periciais, resultando em uma relevante economicidade na importância de R\$ 22.575.839,61 (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavo), com a primeira parcela do acordo para pagamento em 28 de fevereiro de 2022.

39. FINALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram concluídas e autorizadas para a emissão pela Administração em 25 de maio de 2.022.

SERAFIM FELIX DA SILVA NETO
PRESIDENTE
CPF: 281.900.258-72

ROSIVANE VIANA
CONTROLLER
1SP288583/O-5

IRAMY CAINÃ MARQUEZIN
CONTADOR
1SP306401/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**À Diretoria da
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo
Jundiaí - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, conforme determina a ITG 2002.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Ativo imobilizado: De acordo com a nota explicativa nº 33, o imobilizado adquirido pelo Hospital de Caridade São Vicente de Paulo e doado para a Prefeitura do Município de Jundiaí, é classificado no grupo de compensação, como forma de segregar e melhor controlar esses bens em uso pelo Hospital. Observamos que até o presente momento, nenhum documento foi celebrado para formalizar o direito de uso desses bens. E conforme demonstrado na nota explicativa nº 10, as novas aquisições estão sendo registradas no imobilizado como bens próprios com e sem restrição. A nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade das operações: Enfatizamos que as demonstrações contábeis foram preparadas com o pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa nº 35, o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo continua apresentando

deficiência de capital de giro, passivo a descoberto no valor de R\$ 93.563.606,22 em 31 de dezembro de 2021, fato este que indica que a Entidade dependerá do repasse de verbas complementares futuras a fim de obter o reequilíbrio econômico-financeiro para a manutenção normal de suas operações. Na mesma nota é informado que a administração atual, vem tomando medidas necessárias para o saneamento das dívidas e resgatar o equilíbrio econômico-financeiro. A nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, conforme determina a ITG 2002, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 25 de maio de 2022.

**CKS AUDITORES INDEPENDENTES
LTDA.**

CRC-2SP032.457/O-6

EDSON JOSÉ DA SILVA

**Contador
CRC-1SP251. 112/O-9**